



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

IMPACTOS FINANCEIROS DO PROJETO DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS – REUNI, NO CAMPUS II DA UFPB: UM ESTUDO SOBRE A GRADUAÇÃO¹

Andréia Maria de Oliveira Machado - UFPB

Anita Leocádia Pereira dos Santos - UFPB

Milton Jarbas Rodrigues Chagas - UFERSA

Francisco Valmir Dias Soares Júnior - UFPB

Emanuela Gonçalves dos Santos - UFPB

RESUMO

A expansão da educação superior no Brasil contou com o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, instituído pelo Decreto 6.096 de 24.04.2007, cujo principal objetivo foi ampliar o acesso e a permanência na educação superior. O presente trabalho objetiva diagnosticar os impactos financeiros do projeto REUNI no Campus II da UFPB, focalizando o nível de graduação, através de uma pesquisa exploratória. Foi realizado um levantamento, por meio de consultas ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal- SIAFI, para coletar os dados sobre a dotação orçamentária do Campus II, entre os anos de 2000 e 2012, sobre os quais há dados disponíveis. Constatou-se que com a implantação do REUNI houve um crescente investimento no Campus II e um crescimento visível em expansão física e de ingresso acadêmico, bem como na aquisição de recursos didáticos para melhoria pedagógica, evidenciando-se um representativo impacto financeiro positivo no Campus II, entre 2007 e 2012. Contudo, alguns achados apontam para a necessidade de monitoramento tanto na distribuição quanto na aplicação dos recursos financeiros na educação superior.

Palavras-chave: educação superior, impactos financeiros, REUNI.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

1. INTRODUÇÃO

A educação no século XX ganhou uma importância significativa, tanto que as Nações Unidas através da Declaração Universal de Direitos Humanos, de dezembro de 1948, atribuíram a ela um caráter de bem específico, enquanto um desses direitos e estabeleceu-se que toda pessoa tem direito à educação e que a sua gratuidade deverá ser assegurada, pelo menos nos níveis elementares e fundamentais. Assim, a mesma universalização não foi contemplada com respeito à educação superior. Enfatiza-se com destaque que a educação fundamental deva ser obrigatória, porém, quando se trata da educação superior, mesmo que se reconheça o direito de acessibilidade a todos, a questão da obrigatoriedade cede lugar ao mérito.

A partir deste ponto, já poderíamos estabelecer um diálogo crítico acerca da orientação meritocrática à política de acesso ao ensino superior. Tendo em vista que uma política social baseada no mérito não é uma essencialidade, mas sim um valor, há de se problematizar sobre os pressupostos sociais pelos quais ela é referenciada (BOURDIEU, 1998). Da mesma forma, questões relativas à justiça social, igualdade, processos de democratização, participação popular, dentre outras, surgem constantemente nos documentos oficiais como parâmetros e valores essenciais na condução de políticas, tanto de origem governamental quanto de Estado.

Por mais que ainda tenhamos muito a avançar sobre o direito à educação, visualizando o atual amálgama legislativo que rege a educação nacional, é possível perceber importantes progressos, no que concerne à responsabilidade do Estado de provê-lo. Por conta de históricas mobilizações em defesa da educação pública é que hoje vivemos sob um aparato constitucional no qual se prescreve que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Somente no século XXI, a trajetória das universidades brasileiras marcada pela histórica garantia de privilégios a uma reduzida parte da elite nacional sofre alterações, quando o governo federal iniciou uma política com vistas a ampliação de acesso ao ensino superior público e gratuito, criando o Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.

O REUNI, instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, é uma das ações integrantes do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, em reconhecimento ao papel estratégico das universidades federais para o desenvolvimento econômico e social. Através do PDE, é possível constatar que o REUNI faz parte de uma política de governo de cunho mais ampliado, cuja missão se pauta na reestruturação da política da educação superior nacional pela articulação de dois princípios: democratização do acesso, conjugada à justiça social (BRASIL, 2007).

A necessidade de expansão da Educação Superior em nosso país é premente, visto que, um baixo percentual de jovens brasileiros, com idade entre 18 e 24 anos, tem acesso ao ensino superior. Com o REUNI, voltado para a graduação, o Governo Federal adotou uma



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

série de medidas a fim de promover o crescimento do ensino superior público, uma vez que, segundo dados do IPEA (2010), a pequena fatia de 14,4% jovens entre 18 e 24 anos da população brasileira que se encontra na universidade, está majoritariamente na rede privada de ensino superior: 25,8% estão nas instituições públicas, sendo 14,7% nas federais, 9,4% nas estaduais e 1,6% nas municipais enquanto, que nas instituições privadas encontram-se 74,2% dos estudantes (INEP, 2011).

É importante ressaltar que o REUNI não foi dotado de um modelo único para as universidades federais, já que ele assumiu como pressuposto tanto a necessidade de se respeitar a autonomia universitária, quanto à diversidade das instituições. O REUNI efetivou-se, portanto, sem prejuízo dos programas em desenvolvimento no âmbito do Ministério da Educação e dos diversos sistemas de ensino superior público e, nessa condição, se propôs substancialmente a agregar esforços e reforçar iniciativas para a ampliação de vagas e a elevação da qualidade da educação nacional (BRASIL, 2007).

A participação das instituições de educação superior públicas no REUNI foi voluntária, consistindo em uma opção das Universidades Federais que desejavam aprimorar a qualidade de sua oferta. Com efeito, o REUNI ofereceu uma oportunidade para inovar o cenário da educação superior, permitindo novos mecanismos de seleção de estudantes, novas articulações curriculares, novos percursos formativos. As universidades, pois, exerceram sua autonomia institucional para propor cursos novos, flexibilidade curricular, caminhos de formação adaptados a cada realidade local. Ao se promover a revitalização da graduação, evita-se a especialização precoce, ditada por uma formação estritamente profissionalizante, e torna-se possível utilizar, de forma mais eficiente, os recursos materiais e humanos existentes nas universidades (BRASIL, 2007).

Assim, a partir destas reflexões e manifestações históricas surge o interesse de realizar uma análise sobre a implantação do REUNI no Centro de Ciências Agrárias da UFPB, tendo como objetivo geral avaliar os reais impactos financeiros do projeto REUNI no Campus II da UFPB, focalizando a graduação e como objetivos específicos: levantar os dados sobre os investimentos aplicados no CCA; sistematizar por exercício as dotações orçamentárias empregadas por rubricas; e apontar os acréscimos nos recursos obtidos pelo CCA nos últimos 13 anos.

A fonte escolhida para coletar os dados sobre a dotação orçamentária do Campus II foi o SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, meio eletrônico confiável e oficial, sobre o qual foi realizada um levantamento documental, em consulta *on line*, entre os anos de 2000 e 2012. Esta limitação temporal deu-se em função das informações disponíveis no SIAFI, uma vez que os anos anteriores não foram inseridos nos arquivos digitais e não se encontram acessíveis à consulta nos espaços de funcionamento do Departamento de Contabilidade e Finanças do CCA, pois compõem arquivo morto.

Considerando que ocorreu a implantação e vigência do projeto REUNI entre os anos de 2007 e 2012, as fontes disponíveis não apenas cobrem o período estudado de implantação do Projeto, como oferecem dados de anos anteriores (2000 a 2006), que podem evidenciar o crescimento na dotação orçamentária e servirão de parâmetros para os anos de REUNI.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

2. ABORDAGEM TEÓRICA

2.1 EDUCAÇÃO SUPERIOR

A educação superior expressa nos artigos 43 a 57 da LDB 9394/1996 tem por finalidades:

Formar profissionais nas diferentes áreas do saber, promovendo a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos e comunicando-os por meio do ensino; estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, incentivando o trabalho de pesquisa e a investigação científica e promovendo a extensão; divulgar à população a criação cultural e a pesquisa científica e tecnológica geradas nas instituições que oferecem a formação em nível superior e produzem conhecimento (BRASIL, 1996).

Desta forma, os desafios do novo século para a universidade brasileira exigem uma urgente, profunda e ampla reestruturação da educação superior que signifique, no contexto democrático atual, um pacto entre governo, instituições de ensino e sociedade, visando à elevação dos níveis de acesso, permanência e do padrão de qualidade: “Um problema existe quando o status quo é considerado inadequado e quando existe a expectativa do alcance de uma situação melhor” (SECCHI, 2010).

O sistema de educação superior brasileiro ainda conserva modelos de formação acadêmica e profissional superados em muitos aspectos, tanto acadêmico como institucionais, e precisa passar por profundas transformações. Na verdade, prevalece no sistema nacional uma concepção fragmentada do conhecimento, resultante de reformas universitárias parciais e limitadas nas décadas de 60 e 70 do século passado. Essa organização acadêmica incorpora currículos de graduação pouco flexíveis, com forte viés disciplinar, situação agravada pelo fosso existente entre a graduação e a pós-graduação, tal qual herdado da reforma universitária de 1968 (BRASIL, 2007).

No entanto, há algumas décadas, a política educacional foi extremamente influenciada por propostas neoliberais dos nossos governantes, os quais seguiram a lógica de mercado, restringindo a ação do Estado à garantia da educação básica, e deixando os outros níveis sujeitos as leis de oferta e procura. Em consequência disto, a partir de meados de 1990, as universidades Públicas se depararam com o contingenciamento e redução de seu financiamento, pela redução gradual de seu corpo docente e técnico-administrativo, pela não reposição de vagas de aposentadorias ou exoneração de servidores, pelo aumento de vagas e matrículas nos cursos sem os recursos materiais, operacionais e humanos necessários. (LÉDA; MANCEBO, 2009; LIMA AZEVEDO; CATANI, 2008).

A expansão da educação superior no País tem sido objeto de políticas educacionais centradas em processos de diversificação e de diferenciação institucional, fortemente marcados por uma lógica privatista e mercantil. Tais processos expansionistas



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

foram implementados, sobretudo, depois da segunda metade da década de 1990, e apresentam gargalos profundos, a considerar a baixa cobertura e as condições objetivas da população no que concerne ao acesso e à permanência nesse nível de ensino no setor privado (DOURADO, 2001).

Ao mesmo tempo, há uma excessiva precocidade na escolha de carreira profissional, articulada a um sistema de seleção pontual e socialmente excludente para ingresso na graduação. Muito cedo, os jovens são obrigados a tomar a decisão de carreira profissional de nível técnico ou universitário. De outra parte, a manutenção da atual estrutura curricular de formação profissional e acadêmica, ao reforçar as lógicas da precocidade profissional e da compartimentação do saber, coloca o país em risco de isolamento nas esferas científica, tecnológica e intelectual de um mundo cada dia mais globalizado e inter-relacionado (BRASIL, 2007).

Várias funções são atribuídas às Instituições de Ensino Superior, dentre elas podemos citar a contribuição de forma decisiva para que os jovens recuperem a capacidade de sonhar e se libertem do imediatismo de hoje, quando parecem “aprisionados no agora” (TOFFLER, 1980). Cabe, pois, à universidade garantir que os jovens se tornem cidadãos conscientes de um mundo globalizado.

Portanto, de acordo com um cenário complexo e cada vez mais exigente, o ensino superior enfrenta as contradições resultantes das funções tradicionais da universidade e as que ao longo do século XX lhe foram atribuídas. De um lado, a produção de alta cultura, pensamento crítico e conhecimentos exemplares, científicos e humanísticos, necessários à formação das elites de que a universidade se tinha vindo a ocupar desde a Idade Média europeia e do outro, a produção de padrões culturais médios e de conhecimentos instrumentais, úteis na formação de mão de obra qualificada exigida pelo desenvolvimento capitalista. A incapacidade da universidade para desempenhar cabalmente funções contraditórias levara o Estado e os agentes econômicos a procurar fora da universidade meios alternativos de atingir esses objetivos (SANTOS, 2005). O mercado recorre à formação técnica sob os auspícios do poder público, exercendo pressão para a suposta garantia de empregabilidade da população jovem.

Esta realidade é agravada pelo quadro que hoje representa a educação superior em nosso país, conforme o censo de 2009 publicado no Portal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, das 2.314 instituições de educação superior: 245 delas são públicas e 2.069 particulares.

O expressivo contingente de jovens ainda sem acesso à educação superior, a escassez de vagas em instituições federais, a característica perversamente seletiva das matrículas no ensino superior, o crescimento desproporcional do sistema privado de ensino superior, a necessidade de contar com mais quadros com formação científica, tecnológica e cultural para o desejado desenvolvimento do País são, todos eles, problemas a que se cabe dar uma resposta mais global, incisiva e duradoura. No Brasil, de acordo com o Censo do Ensino Superior, apenas 13% dos jovens entre 18 e 24 anos estão no ensino superior, sendo constatados os extremos: Nordeste 6,5% e Sul 17,1% (INEP, 2006). Na Argentina, esse



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

percentual equivale a 35%; no Canadá 62%; na Coréia do Sul 60%; em Cuba 50%; na Escandinávia 70%; nos EUA 60% (BRASIL, 2007).

2.2 REUNI

O principal objetivo do REUNI foi ampliar o acesso e a permanência da educação superior e a partir de 2007, o governo federal adotou uma série de medidas objetivando o crescimento do ensino superior, criando condições para que as Universidades Federais promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior. As ações do programa contemplam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovação pedagógica e o combate à evasão, entre outras metas que têm o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país e aumentar a produtividade acadêmica da universidade pública (BRASIL, 2007).

Ao lado da ampliação do acesso, com o melhor aproveitamento da estrutura física e do aumento do qualificado contingente de recursos humanos nas universidades federais, está também no REUNI a preocupação de garantir qualidade da graduação e da pós-graduação da educação pública. Ela é fundamental para que os diferentes percursos acadêmicos oferecidos possam levar a formação de pessoas aptas a enfrentar os desafios do mundo contemporâneo, em que a aceleração do processo de conhecimento exige profissionais com formação ampla e sólida.

Com os recursos do REUNI, de forma inédita, o país encontrou-se em um momento oportuno para promover, consolidar, ampliar e aprofundar processos de transformação da sua universidade pública, para a expansão da oferta de vagas do ensino superior, de modo decisivo e sustentado, construir com qualidade acadêmica, oferecer cobertura territorial, promover inclusão social e formação adequada aos novos paradigmas social e econômico vigentes, conforme preconizam as políticas de educação nacionais (BRASIL, 2007).

Assim, a educação superior não deve se preocupar apenas em formar recursos humanos para o mundo do trabalho, mas, também formar cidadãos com espírito crítico que possam contribuir para solução de problemas cada vez mais complexos da sociedade em geral e o REUNI pretende congrega esforços para a consolidação de uma política nacional de expansão da educação superior pública, pela qual o Ministério da Educação cumpre o papel atribuído pelo Plano de Desenvolvimento da Educação quando estabelece o provimento da oferta de educação superior para, pelo menos, 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década (BRASIL, 2007).

O REUNI ao definir como um dos seus objetivos dotar as universidades federais das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior apresenta-se como uma das ações que consubstanciam o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, lançado pelo Presidente da República, em 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007) e indica metas pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, bem como que já a partir do ano de 2009, as mesmas



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

oferecessem mais de 227 mil vagas na graduação, o dobro em relação aos números de 2003, quando a oferta foi de apenas 113.938 vagas (BRASIL, 2007).

Assim, o REUNI tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90% (noventa por cento) e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para 18 (dezoito), ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano institucional.

2.3 O contexto pesquisado

O Centro de Ciências Agrárias - CCA da UFPB originou-se da antiga Escola de Agronomia da Parayba, depois denominada Escola de Agronomia do Nordeste – EAN, criada no dia 12 de março de 1934, através do Decreto Estadual 478 e federalizada pela Lei Federal nº 1.055 de 16 de janeiro de 1950, constituindo-se na primeira instituição de Ensino Superior do Estado da Paraíba.

A Escola de Agronomia iniciou suas atividades com o Curso Médio depois transformado em Curso Agrotécnico e Curso Colegial Agrícola, extinto em 1971 e formou ao longo deste tempo 417 Técnicos Agrícolas de nível superior.

O primeiro vestibular do Curso de Agronomia ocorreu no ano de 1937 e a primeira colação de grau ocorreu no dia 1º de dezembro de 1940. Formaram-se oito Engenheiros Agrônomos e o reconhecimento do Curso de Agronomia ocorreu pelo Decreto Federal Nº 5347 de 06 de março de 1940.

Em 1978, passa a integrar a Universidade Federal da Paraíba – UFPB e passou a contar com o Curso de Graduação em Zootecnia, além do Curso de Agronomia e quatro Departamentos: Fitotecnia, Zootecnia, Solos e Engenharia Rural e Ciências Fundamentais e Sociais, instalando sua primeira Diretoria em 18/12/1978. Atualmente o CCA conta com seis Departamentos: Fitotecnia e Ciências Ambientais - DFCA, Zootecnia - DZ, Ciências Biológicas - DCB, Ciências Veterinárias - DCV, Solos e Engenharia Rural - DSER e Ciência Fundamentais e Sociais - DCFS.

O CCA, Campus II da UFPB, aceitou a possibilidade de fazer uma proposta de reestruturação e expansão do Campus, aderindo à implantação do REUNI que foi fundamental para o processo de desenvolvimento do Centro, em termos de dimensão e qualidade acadêmica científica, favorecendo assim, a viabilização do seu papel de instituição essencial para o desenvolvimento socioeconômico sustentável da Região do Brejo Paraibano, bem como do estado da Paraíba.

O projeto local partiu da análise da situação atual de toda Unidade Acadêmico-Administrativa do CCA, visando à projeção daquilo que a Instituição quer e do que pode ser no futuro. Foi elaborado com a participação e colaboração de todos os dirigentes do quadro de profissionais servidores docentes e técnico-administrativos e do segmento discente. O processo foi focalizado na realidade do CCA/UFPB, nos recursos materiais e talentos humanos disponíveis ou mobilizáveis, na concepção da sua evolução atual, bem como dos caminhos que lhe seriam possíveis no futuro.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

A comunidade acadêmica do CCA aprovou a implantação do REUNI por enxergar neste uma oportunidade para o seu desenvolvimento e, com isto, uma forma de poder contribuir ainda mais no campo da tecnologia, da produção, posse e difusão do conhecimento na nossa região e, pela relevância de um Centro que completou em 2012, 76 anos desde a fundação, ampliar cada vez mais os seus horizontes. Em 2005, foram criados os Cursos de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas; especificamente pelo REUNI foi criado o Curso de Medicina Veterinária, em 2008, e foram criados Licenciatura e Bacharelado em Química, em 2011, totalizando-se atualmente sete cursos de graduação no Centro de Ciências Agrárias. Destes, são noturnos os dois cursos de Licenciatura e o Bacharelado em Química. Esta expansão demandou a contratação de servidores docentes e técnico-administrativos, para dar suporte às novas demandas.

As metas de expansão do ensino de graduação na UFPB pactuadas com o MEC previram a expansão das matrículas, até 2012, em 13.556 novas matrículas, correspondendo cerca de 70% (setenta por cento) à ampliação da oferta de vagas nos processos de ingresso em 3.107 novas vagas; a destinação aos cursos noturnos de 45% das 3.056 vagas adicionais ofertadas pelos atuais e pelos novos cursos presenciais de graduação; a criação de 16 cursos de licenciatura e bacharelado no período noturno e a oferta de 32 novos cursos de graduação que seriam criados e implantados até 2012. No plano do chamado compromisso social da Instituição, aprovou-se uma meta de grande alcance e bastante polêmica, que foi o de aprofundar discussões e promover estudos de viabilidade sobre sistema de reserva de vaga, com vistas à apreciação dos conselhos superiores da instituição em 2008.

3. METODOLOGIA E RESULTADOS

3.1 Pressupostos metodológicos e caminho percorrido

Uma análise sobre os impactos financeiros a partir da implantação do REUNI no CCA/UFPB, faz-se necessário para avaliarmos até que ponto a implantação desse programa trouxe ganhos e/ou perdas para a instituição e para a sociedade, como também apresentarmos de forma quantitativa e qualitativa os resultados desta pesquisa.

Ramos, Ramos e Busnelo (2005) classificam uma pesquisa quanto à abordagem e estratégias de tratamento do problema como quantitativa, quando tudo que pode ser mensurado em números, classificados e analisados, utilizando-se de técnicas estatísticas e como qualitativa, quando não é traduzida em números, e se pretende verificar a relação da realidade com o objeto de estudo, obtendo várias interpretações de uma análise indutiva por parte do pesquisador.

Diehl (2004) afirma que a pesquisa quantitativa pelo uso da quantificação, possibilita uma maior margem de segurança e que a pesquisa qualitativa, por sua vez, descreve a complexidade de determinado problema, contribuindo no processo de mudança e possibilitando o entendimento das particularidades dos indivíduos. De modo geral, a pesquisa



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

quantitativa é passível de ser medida em escala numérica e a qualitativa não (ROSENTAL; FRÉMONTIER-MURPHY, 2001).

Para Carmo & Ferreira (1998) a análise documental é um processo que envolve seleção, tratamento e interpretação da informação existente em documentos (escrito, áudio ou vídeo) com o objetivo de deduzir algum sentido. Assim, a técnica da análise documental caracteriza-se por ser um processo dinâmico ao permitir representar o conteúdo de um documento de uma forma distinta da original, gerando assim um novo documento (Piña Vera & Morilla, 2007).

Nesta pesquisa, a metodologia utilizada caracteriza-se como quanti-quali por serem levantados e utilizados dados quantitativos, contudo, para a realização de uma análise qualitativa. A coleta de dados foi realizada por meio de exploração e análise documental em um sítio oficial e foram analisados sob a ótica da análise descritiva, buscando-se, ao final, estabelecer conclusões alusivas aos objetivos estabelecidos. Para o tratamento dos dados coletados, foram produzidas tabelas e gráficos para realização de análises horizontal e vertical.

Conforme Schrickel (1999), dentre as análises de demonstrações contábeis que passaram a ser utilizadas, estão as análises horizontal e vertical que, entre outras vantagens, são as formas mais simples e eficientes para se adquirir uma visão geral sobre os demonstrativos econômico-financeiros de uma empresa. Neste sentido, a análise vertical (AV) ou de Estrutura, segundo Fernandes “(...) é o processo que objetiva a medição percentual de cada componente em relação ao total de que faz parte” enquanto que a análise horizontal (AH) ou de evolução (...) “corresponde ao estudo das variações ocorridas em períodos de tempos consecutivos, nos itens que compõem esses demonstrativos” (FERNANDES, 1997).

3.2 Apresentação e análise dos dados

Os dados a seguir apresentados tiveram como base os recursos destinados as Universidades Federais, distribuídos através de rubricas identificadas por códigos, que representam a natureza de despesa. Os artigos 12 e 13 da Lei 4.320 de 1964, que normatiza o Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, tratam da classificação da despesa por categoria econômica e elementos. Assim como no caso da receita, o art. 8º desta Lei estabelece que os itens da discriminação da despesa sejam identificados por números de código decimal.

Nesta análise, as naturezas de despesas foram pesquisadas e relacionadas da seguinte forma, considerando seus respectivos códigos²:

Combustível (339030-01),
Restaurante Universitário (339030-07),
Manutenção dos Cursos de Graduação (339030),
Diárias (339014-14),



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

OST – Pessoa Física (339036),
INSS (339147),
OST – Pessoa Jurídica (339039),
Passagens (339033-01),
Material Permanente (449052).

Os dados apresentados a seguir (Tabela 01) apresentam os valores absolutos sobre montantes do orçamento de 2000 e foram assim organizados por ano pesquisado para compor os elementos sobre os quais em seguida adota-se a análise vertical anual apresentada no Gráfico 01, de participação percentual ou de estrutura dos elementos dos demonstrativos contábeis, sobre um único marco temporal e, neste caso, analisado o ano 2000.

Tabela 01 – Recursos CCA/UFPB ano 2000

NATUREZA DE DESPESA	TOTAL
Combustíveis	R\$ 24.170,00
Rest. Universitário	R\$ 97.721,00
Manutenção dos Cursos de Graduação	R\$ 111.788,00
Diárias	R\$ 40.540,00
OST - Pessoa Física	R\$ 33.022,00
INSS	R\$ 0,00
OST - Pessoa Jurídica	R\$ 57.966,00
Passagens	R\$ 15.900,00
Material Permanente	R\$ 5.920,00
TOTAL	R\$ 387.027,00

Tabela 01 – Fonte: SIAFI/2000, pesquisa de julho a dezembro de 2012.

Conforme se pode observar na tabela 01, no ano 2000, o orçamento destinado ao Centro de Ciências Agrárias - CCA da UFPB totalizava R\$ 387.027,00 (trezentos e oitenta e sete mil e vinte e sete reais). Os dados levantados serão apresentados a seguir no gráfico 01, por meio de análise vertical. Conforme Ribeiro:

A Análise Vertical, também denominada por alguns analistas **Análise por Coeficientes**, é aquela através da qual se compara cada um dos elementos do conjunto em relação ao total do conjunto. Ela evidencia a percentagem de participação de cada elemento no conjunto (RIBEIRO, 1997, p. 173).

Gráfico 01 —Distribuição orçamentária CCA/UFPB - 2000



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

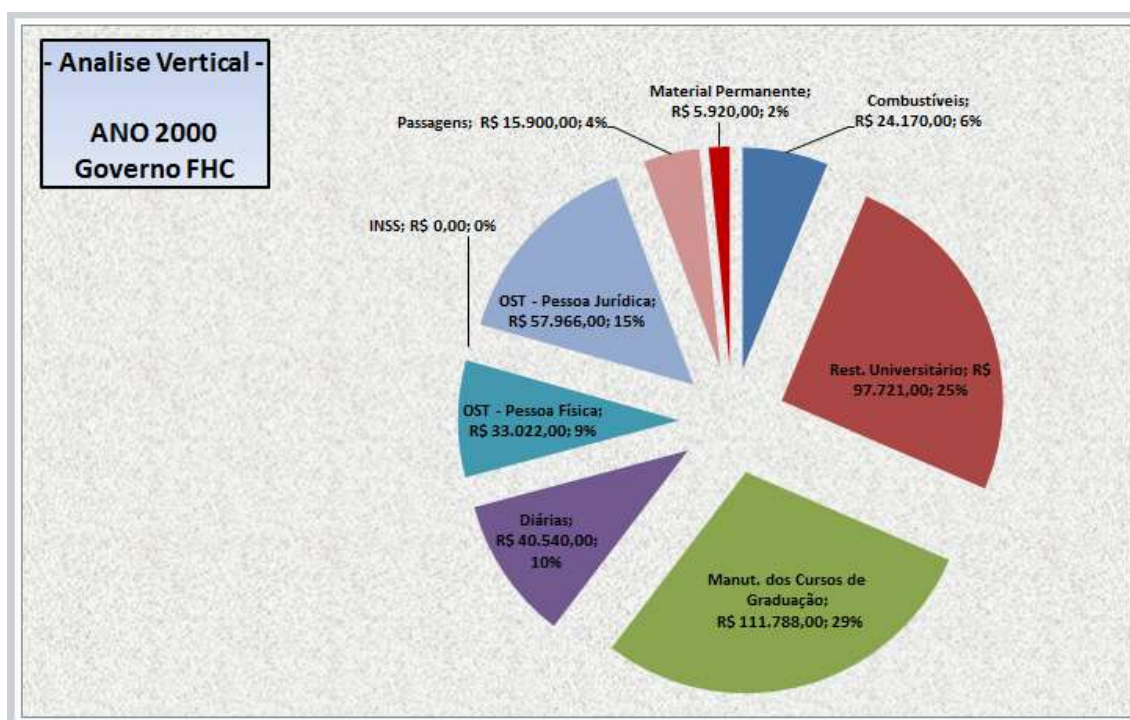


Gráfico 01 – Fonte: SIAFI, 2000, pesquisa de julho a dezembro de 2012.

Portanto, para análise vertical, assume-se como 100% um determinado elemento, que em princípio, deve ser o mais importante, e se faz uma relação percentual de todos os demais elementos sobre ele. Do montante investido no ano de 2000, a maior parte foi destinada a manutenção dos cursos de graduação, correspondendo a 29%, vindo em seguida os recursos destinados ao Restaurante Universitário, que corresponderam a 25% do total. Em uma proporção menor, vem os recursos para cobrir despesas relativas aos serviços de pessoas jurídicas e despesas com diárias. Vale ressaltar que as partes destinadas a manutenção dos cursos de graduação e restaurante universitário, representaram mais de 50% do orçamento desse ano.

Segundo a Portaria 448, de 13 de setembro de 2002:

Material Permanente é aquele que, em razão de seu uso corrente, não perde a sua identidade física e /ou tem uma durabilidade superior a dois anos.

Material de Consumo, aquele que, em razão de seu uso corrente e da definição da Lei nº 4.320/64, perde normalmente sua identidade física e/ou tem sua utilização limitada há dois anos (BRASIL, 2002).

Os itens a que se referem os recursos de manutenção dos cursos de graduação correspondem a materiais de consumo que abrangem os de expediente, limpeza, laboratório, processamento de dados, etc. Observa-se ainda, uma participação ínfima das despesas com



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

aumento patrimonial representado pelo material permanente, frente às despesas de menor representatividade no acréscimo dos bens da instituição, correspondendo a apenas 1,5% (um e meio por cento) do total orçado.

Assim, é possível conjecturar que o investimento em materiais de consumo e restaurante universitário em maior medida, associado ao pequeno montante destinado aos bens duráveis, do material permanente, podem revelar uma estratégia de sucateamento da universidade a curto e médio prazos e a inviabilização da educação superior pública.

Sobre os dados obtidos dos orçamentos totais de 2001 em diante, adotou-se a análise horizontal anual de crescimento ou de variação. Tomam-se como 100% todas as contas de um determinado período e faz-se relação percentual sobre os dados deste período. O novo número relativo indica o quanto o dado do período subsequente é maior ou menor que do período anterior. Como é comum serem utilizados vários períodos, a variação sequencial e consecutiva acaba indicando uma tendência de crescimento ou diminuição. Conforme Blatt, a análise horizontal:

Tem por objetivo demonstrar o crescimento ou queda ocorrida em itens que constituem as demonstrações contábeis em períodos consecutivos. A análise horizontal compara percentuais ao longo de períodos, ao passo que a análise vertical compara-os dentro de um período. Esta comparação é feita olhando-se horizontalmente ao longo dos anos nas demonstrações financeiras e nos indicadores (BLATT, 2001, p.60).

A análise horizontal abaixo apresentada pode ilustrar o acréscimo dos investimentos entre os anos analisados, 2000 a 2011, limitados que foram em termos de resgate, aos dados disponíveis no SIAFI, e suficientes para que seja avaliada a evolução orçamentária no CCA/UFPB, como explicado anteriormente.

Gráfico 02 – Análise Horizontal Recursos CCA/UFPB - 2000 a 2012



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

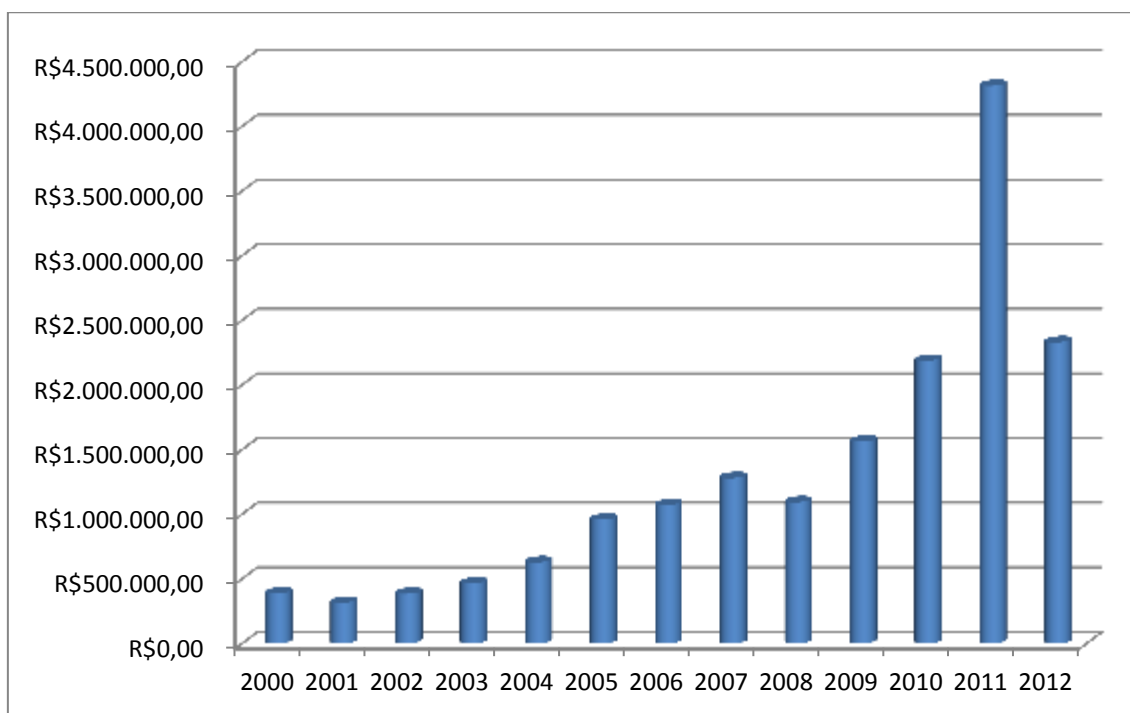


Gráfico 14 — Fonte: SIAFI, pesquisa de julho a dezembro de 2012.

Esta análise realizada sobre os recursos alocados pelo governo federal junto ao CCA mostrou em sua composição a evolução tanto dos orçamentos gerais como dos valores reais destinados aos cursos de graduação, e o incremento nos cursos ofertados durante o período analisado.

É possível enxergar que nos primeiros oito anos analisados, 2000 a 2007, que não sofreram influência do Projeto REUNI, os investimentos sofreram acréscimos modestos, em virtude da falta de um plano de apoio, fato ocorrido com o advento deste Projeto, marco para as instituições de ensino superior, passando a vigorar uma nova perspectiva educacional no âmbito federal, a partir da injeção de recursos na educação superior pública federal.

A partir de 2008, com o início da implementação do REUNI, houve uma valorização da graduação como antes nunca ocorrera, tanto pela ampliação da oferta da graduação a partir da criação do curso de Medicina Veterinária, quanto pela possibilidade concreta de melhoria dos cursos já existentes de Agronomia, Zootecnia, Licenciatura em Ciências Biológicas e Bacharelado em Ciências Biológicas. Os anos seguintes foram marcados por um incremento cada vez maior em investimentos na graduação, como propunha o Projeto REUNI, ao ponto de que em 2011, pico dos investimentos, houve um aumento de 1.014% (um mil e quatorze por cento) com relação ao ano de 2001, ano em que se registrou o menor recurso recebido pelo CCA.

Como pode ser visto, ao longo dos anos analisados, houve um crescimento no montante de investimentos que foi interrompido em 2012, com o decréscimo de



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

aproximadamente 45%, em relação ao ano de 2011. Este decréscimo nos leva a questionar: por quais motivos os recursos foram reduzidos para o CCA em plena execução do REUNI?

De volta à análise vertical, destacamos o ano de 2011, tendo em vista ter sido o maior índice de investimentos verificado neste ano, apresentado em valores absolutos e percentuais no gráfico 03 a seguir:

Gráfico 03 – Recursos CCA/UFPB – 2011

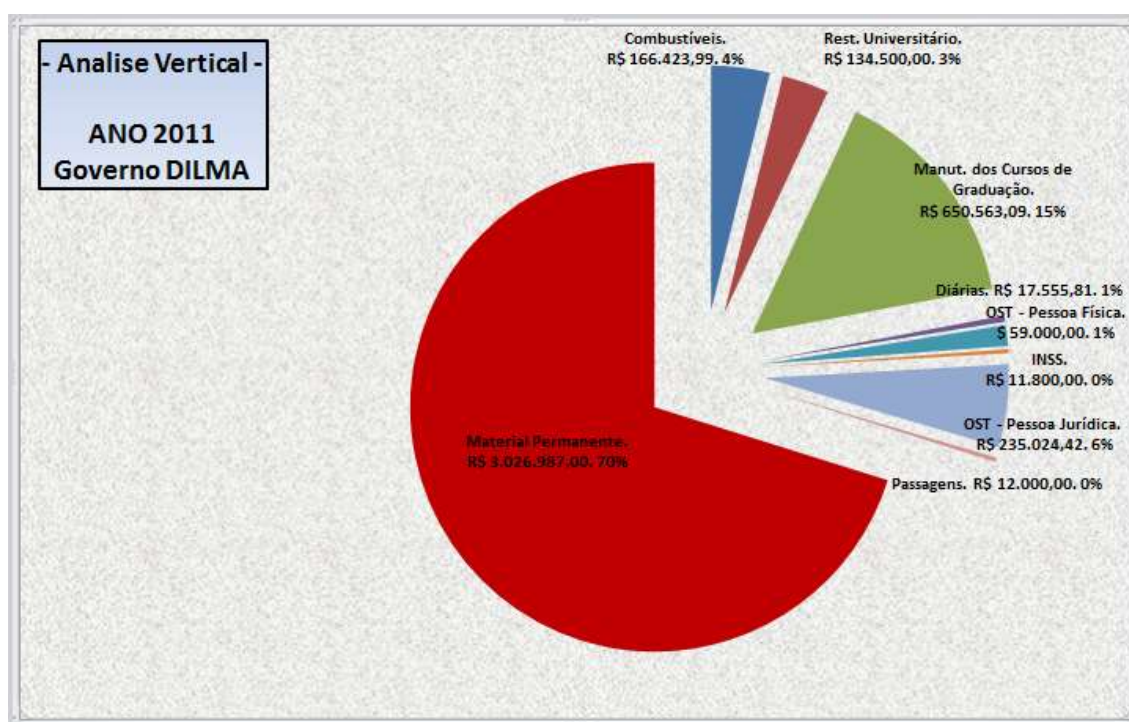


Gráfico 03 – Fonte: SIAFI, 2011, pesquisa de julho a dezembro de 2012.

Observa-se que, em 2011 também se encontra o auge dos investimentos em material permanente. Salta aos olhos a discrepância entre os itens orçamentários, devido ao grande destaque que foi dado ao item supracitado. Estes recursos foram utilizados para aquisição de equipamentos de laboratório, computadores, dentre outros elementos possibilitando melhorias pedagógicas para o ensino superior.

Do valor investido neste ano setenta por cento do total 70% foi destinado para o item material permanente, aumentando em 235% com relação ao ano anterior, e 51.000% com relação ao ano de 2000, ano em que se toma por base a análise dos impactos financeiros do REUNI no CCA/UFPB.

Por meio da análise horizontal comparativa é possível acompanhar a evolução do montante de recursos no CCA/UFPB entre os anos de 2000 a 2012, considerando cada item de investimentos.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Gráfico 04 - Distribuição de recursos por naturezas de despesas CCA/UFPB - 2000 a 2012

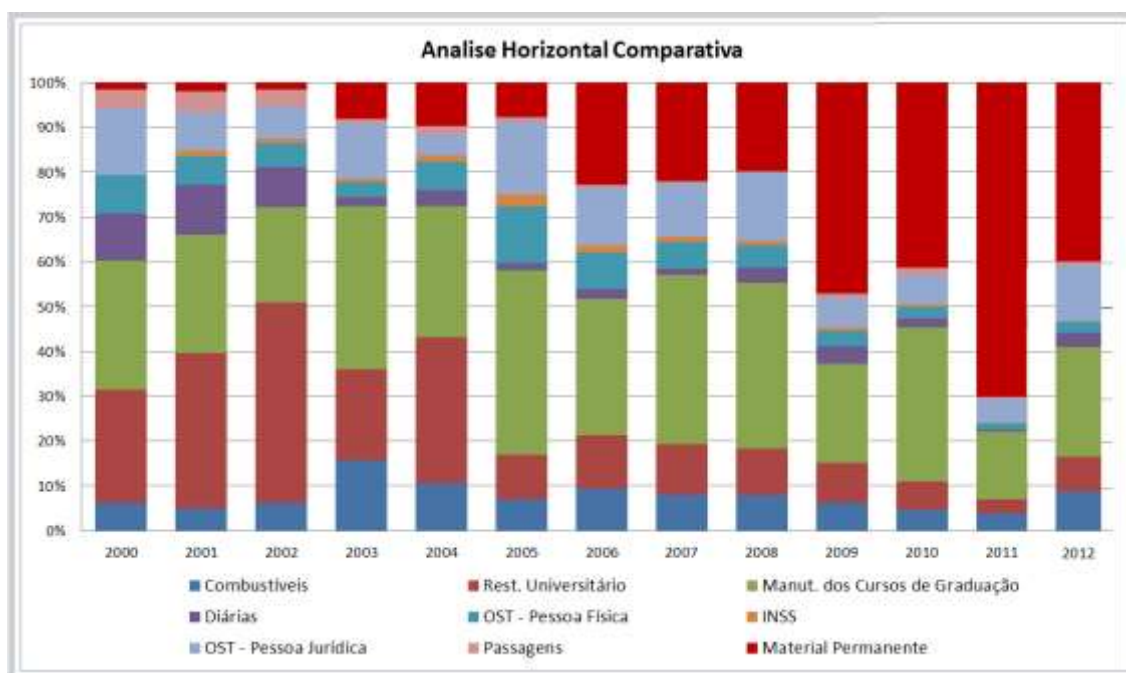


Gráfico 04 – Fonte: SIAFI 2011, pesquisa de julho a dezembro de 2012.

Conforme demonstrado no gráfico 04, pode-se observar um aumento no que se refere a Material Permanente, entre os anos de 2000 a 2012, principalmente no ano de 2011, constatando-se uma composição maior das despesas relacionadas com material permanente quando comparada as demais naturezas de despesas. Por meio do REUNI o Centro de Ciências Agrárias expandiu suas obras, o que explica o alto investimento no ano de 2011.

Outras despesas que chamam atenção no período pesquisado, refere-se ao Restaurante Universitário e a manutenção dos cursos de graduação. As despesas relativas ao Restaurante Universitário diminuíram, enquanto que a manutenção dos cursos de graduação aumentou. Esta redução dos recursos destinados ao Restaurante Universitário não pode ser computada como decréscimo real nos investimentos, pois deveu-se sobretudo a descentralização desses recursos, onde o orçamento alocado as despesas com cereais e carnes em geral foram transferidos a partir do ano de 2005 para o Campus I em João Pessoa-PB, passando os mesmos a serem coordenados e gerenciados pelo Superintendente dos RU's na UG polo a Universidade Federal da Paraíba - UFPB, ficando apenas os recursos referentes a hortifrutigranjeiros e pão gerenciados pelo Centro de Ciências Agrárias. O Restaurante Universitário do CCA/UFPB, é um dos poucos no país que oferece aos estudantes de graduação refeições gratuitas.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste estudo, constatamos que com a implantação do REUNI houve um crescimento visível nos orçamentos anuais disponibilizados ao CCA/UFPB e possibilitou a expansão física e acadêmica, a aquisição de recursos didáticos, bem como a melhoria pedagógica, ou seja, ocorreu um representativo impacto financeiro positivo nos recursos do CCA. Pode-se concluir ainda que a implementação do REUNI foi fundamental para a evolução da oferta de cursos de graduação, e que doutra forma, seria inviável, uma vez que o pouco investimento dos anos anteriores ao REUNI acarretariam a estagnação da oferta de cursos a comunidade estudantil, inclusive provavelmente ameaçando a viabilidade dos cursos que já existiam de Agronomia e Zootecnia.

Os investimentos sobre a educação superior foram ampliados principalmente para a manutenção dos cursos de graduação e aquisição de material permanente. Desta forma, ao investir na base da educação superior e equipá-la em médio prazo com investimentos em materiais permanentes, evidencia-se uma política efetiva para a manutenção e ampliação do acesso a educação superior e de efetivo fortalecimento da universidade pública, materializando os objetivos propostos inicialmente pelo projeto REUNI.

Ademais, ao se verificar em 2012 a queda dos investimentos, aponta-se a necessidade de monitoramento destes recursos, pois, mesmo em uma conjuntura ainda favorável, tendo em vista a vigência do REUNI, ocorreu um decréscimo nos investimentos na educação superior pública o que volta a colocar em risco, esta oferta à população paraibana e brasileira. As causas desta queda dos investimentos no CCA/UFPB necessitam ser investigadas, pois não se sabe se houve redução na fonte da União ou na distribuição empreendida internamente na UFPB, ficando a indagação sobre onde teriam sido aplicados os recursos e por quê.

Contudo, reconhecemos as limitações deste estudo que pode ser aprofundado com outros objetivos e procedimentos de pesquisa e, dado que esta análise versou sobre os recursos aplicados na Graduação, recomenda-se que outros estudos sejam feitos visando verificar a eficiência da aplicação dos recursos do CCA em outras áreas de composição da instituição como pesquisa e extensão, além de se reconhecer a necessidade de analisar outros Centros da própria UFPB após a Implantação do REUNI e seus respectivos desenvolvimentos, de modo que se possam verificar os resultados do REUNI na UFPB como um todo. Também se sugere que estudos comparativos com outras universidades do nordeste e do Brasil, possam ser úteis para apontar a eficiência e reforçar a importância da manutenção dos investimentos, como também demonstrar que os recursos não foram aplicados em vão, tendo trazido ganhos significativos para o meio institucional e, conseqüentemente, social.

5. NOTAS EXPLICATIVAS



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

¹ Este trabalho é um recorte da monografia apresentada por ocasião da conclusão do Curso de Especialização *Lato Sensu* em Gestão e Avaliação da Educação Superior – CEGAVE/UFPB/2012.

² Na base de dados do sistema de orçamento, o campo que se refere à natureza de despesa contém um código composto por oito algarismos, sendo que o 1º dígito representa a categoria econômica; o 2º o grupo de natureza da despesa; o 3º e o 4º dígitos representam a modalidade de despesa; e o 7º e 8º dígitos representam o desdobramento do elemento de despesa (sub-elemento).

6. REFERÊNCIAS

BLATT, Adriano. **Análises de balanços**: estrutura e avaliação das demonstrações financeiras e contábeis. São Paulo: Makron, 2001.

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Presidência da República, Brasília, DF, **Diário Oficial da União de 04.05.1964**.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República, Brasília, DF, **Diário Oficial da União de 23.12.1996**.

BRASIL. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. Portaria nº 448, de 13 de setembro de 2002. Divulga o detalhamento das naturezas de despesas 339030, 339036, 339039 e 449052. Presidência da República, Brasília, DF, **Diário Oficial da União de 17.09.2002**.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Presidência da República, Brasília, DF, **Diário Oficial da União de 25.04.2007**.

BOURDIEU, P. Escritos sobre educação. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

DIEHL, Astor Antonio. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas.** São Paulo: Prentice Hall, 2004.

DOURADO, L. F. A escolha de dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil. In: FERREIRA, N. S. C. (Org.). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p.77-95.

CARMO, H. & Ferreira, M. **Metodologia da Investigação.** Lisboa: Universidade Aberta, 1998.

FERNANES, Pedro Onofre. Análise de balanços no setor público: em que consiste a análise de balanços e qual a sua importância para o setor público? **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, DF, ano 26, n 108, p.60-68, nov/dez 1997.

INEP. **Censo da Educação Superior 2010.** Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, Ministério da Educação, 2011. Disponível: em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17212.

IPEA. PNAD 2009. **Primeiras análises: situação da educação brasileira – avanços e problemas, 2010. (Comunicados IPEA, n. 66).** Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/101118_comunicadoipea66.pdf.

LEDA, D. B.; MANCEBO, D. REUNI: heteronomia, precarização da universidade e do trabalho docente. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 34, p. 49-64, 2009.

LIMA, L. C.; AZEVEDO, M. L. N.; CATANI, A. M. **O Processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a Universidade Nova. Avaliação**, Campinas, v. 13, p. 7-36, 2008.

ONU. A onu e os direitos humanos. Disponível em: www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-os-direitos-humanos., 1948. Acesso em: 18 dez. 2012.

PINA VERA, T.; Morillo, J. La Complejidad de Análisis Documental. **Información, Cultura y Sociedad**, V. 16, p. 55-81, 2007.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

RAMOS, Paulo; RAMOS, Magda Maria; BUSNELLO, Saul José. **Manual práctico de metodología da pesquisa**: artigo, resenha, projeto, TCC, monografia, dissertação e tese. Blumenau: Acadêmica, 2005.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e análise de balanços fácil**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

ROSENTAL, Claude; FRÉMONTIER-MURPHY, Camille. **Introdução aos métodos quantitativos em ciências humanas e sociais**. Porto Alegre: Instituto Piaget, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2005.

SCHRICKEL, Wolfgang Kurt. **Demonstrações financeiras**: abrindo a caixa preta: como interpretar balanços para a concessão de empréstimos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise e casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SINOPSE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2005. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp>, acesso em: 10 jul. 2013.

TOFFLER, Alvin. **A terceira onda**. 14 ed. Rio de Janeiro: Record, 1980.